

Congresso vota salário de madrugada

Deputados e senadores finalmente conseguem quórum e aprovam sua própria remuneração

BRASÍLIA — Senadores tiveram de ser buscados em casa, por volta da meia-noite de ontem, para possibilitar a votação do projeto que fixou a nova remuneração dos congressistas, aprovado às 2 horas da madrugada, depois de tumultuadas sessões na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Entre outros senadores, foram chamados, em casa, Alfredo Campos, Albano Franco e Mauro Benevides (PMDB), Álvaro Pacheco (PFL) e Affonso Camargo (PTB). Foi a primeira sessão do Congresso após a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro.

O projeto, em essência, mantém a remuneração que os parlamentares recebiam mensalmente em dinheiro, sob diversas formas, até 5 de outubro, com o acréscimo das Unidades de Referência de Preços (URPs), dos meses de novembro e dezembro. São cerca de Cz\$ 4 milhões em dezembro, mas os congressistas, na prática, passam a receber menos, uma vez que sobre o rendimento total incide o Imposto de Renda na fonte, em torno de Cz\$ 1,4 milhão, este mês para um parlamentar com dois dependentes.

Pelas regras antigas, os parlamentares recolheriam na fonte menos de Cz\$ 200 mil em dezembro, pois o imposto incidia apenas sobre a parte fixa do vencimento, que não incluía a remuneração por sessões, e subsídios como auxílio transporte e outros. No projeto aprovado ontem, porém, a ajuda de custo, que se mantida como antes equivaleria a Cz\$ 500 mil, concedida em duas vezes, no início e final das sessões legislativas, transformou-se num décimo-terceiro salário.

Desde outubro os parlamentares não estavam recebendo os subsídios porque não havia amparo legal na Constituição para isto. O projeto aprovado ontem era necessário, assim, para que a remuneração total prevista na Constituição passe a vigorar.

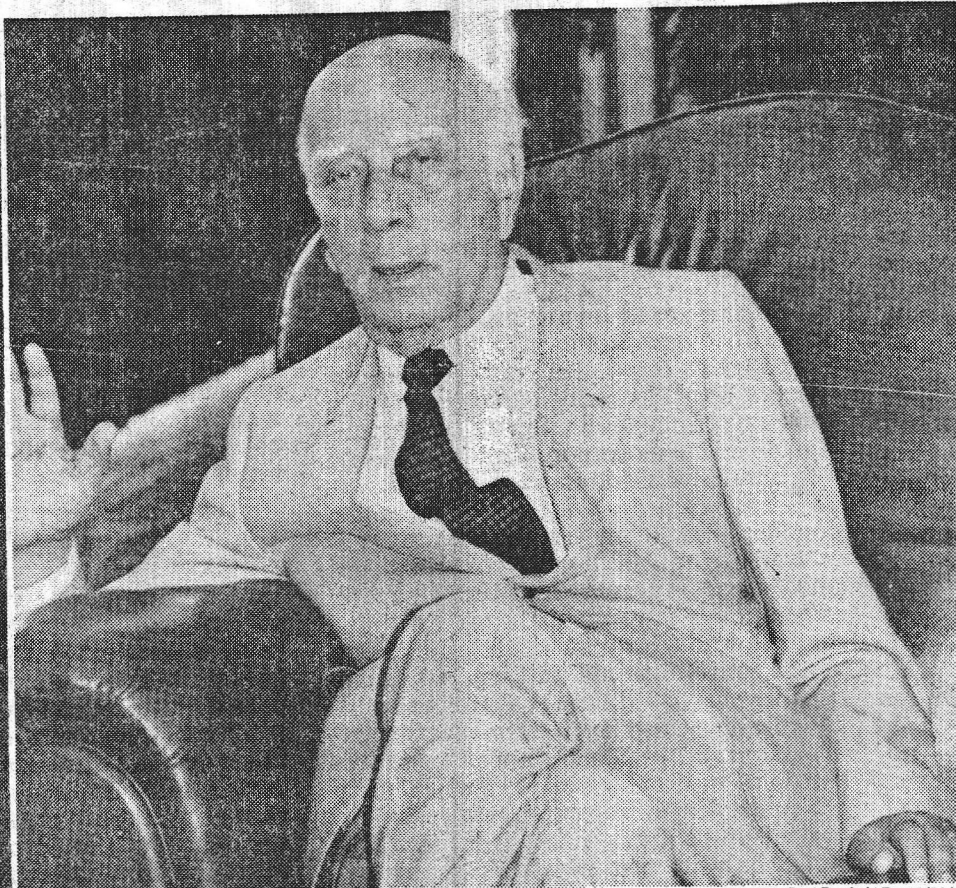
DIVISÃO

O projeto aprovado divide a remuneração em duas partes: subsídio, correspondente a Cz\$ 1.566.992,00, no mês de outubro, e representação, correspondente a Cz\$ 1.100.000,00, também em outubro. Isso equivalia à remuneração daquele mês, incluídos os "jetons" por sessão extraordinária (extintos pela nova Constituição) e os auxílios de gabinete e de transporte. A remuneração, como antes, é reajustada, como os vencimentos dos servidores públicos, com base na URP.

Colocado em votação o projeto, o líder do PDT, Vivaldo Barbosa, pediu chamada nominal e as bancadas de esquerda retiraram-se do plenário. Mesmo assim, houve número. A proposição foi aprovada por 242 votos contra onze e duas abstenções. Em seguida, foi a vez do Senado. Havia em plenário apenas 25 senadores, quando o mínimo necessário para deliberação é de 37. Foi a vez de os defensores do projeto protelarem a sessão, para dar tempo de os senadores retornarem ao plenário. Já era quase meia-noite e vários deles tinham ido para casa. Duas horas depois, finalmente, fez-se a chamada e o projeto foi aprovado por 36 contra um e uma abstenção.



AE - 14/1/88



José Paulo/AE - 19/10/88

Brandão protesta contra voto em causa própria e Ulysses justifica: deputados enfrentam dificuldades